

VILA RICA: INCONFIDÊNCIA E CRISE DEMOGRÁFICA

José Flávio Motta
Iraci del Nero da Costa

Resumo

Neste artigo é analisada a crise demográfica vivenciada por Vila Rica a partir dos anos sessenta do século dezoito e que se tornou mais aguda nas décadas seguintes, assumindo feição dramática nos anos que antecedem imediatamente a Inconfidência. Nesse contexto, pretende-se identificar tal crise, que se desenvolveu na esteira do esgotamento da produção mineratória, como um dos elementos a condicionar a conformação de um cenário marcado pela disseminação da pobreza, no qual aflorará o movimento da Conjuração Mineira. Para a consecução deste objetivo recorreu-se a relatos de viajantes, a interpretações constantes de nossa historiografia e, sobretudo, às fontes primárias representadas pelos registros de casamentos, nascimentos e óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias (uma das duas então existentes em Vila Rica) concernentes ao período 1740-1800.

Palavras-chave

Inconfidência Mineira, crise demográfica, Vila Rica, mineração, demografia histórica, história demográfica, história econômica

Abstract

This paper analyses the demographic crisis that started in Vila Rica during the 1760's, worsened along the following decades and became dramatic in the years preceding the Inconfidência. In this context, the crisis - that developed in the aftermath of the decline of gold mining in the region - is identified as one of the elements conditioning the shaping of a background marked by the dissemination of poverty, in which will emerge the movement that would be called *Conjuração Mineira*. The study is based on travel reports, on the views of historians and specially on primary sources, the registers of marriages, births and deaths of Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, one of the two parishes in Vila Rica during the period of time studied (1740-1800).

Key words

Inconfidência Mineira, demographic crisis, Vila Rica, mining, historical demography, demographic history economic history

Os autores são professores da FEA/USP

*"Sobre o tempo, sobre a taipa,
a chuva escorre. As paredes
que viram morrer os homens,
que viram fugir o ouro,
que viram finar-se o reino,
que viram, reviram, viram,
já não vêm. Também morrem."*

(CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE)

Introdução

São conhecidos os aspectos sociais e econômicos que compõem a tessitura da crise manifesta no episódio da Inconfidência. Menos conhecida é a faceta demográfica igualmente presente naquela conjuntura. Este artigo é dedicado ao estudo do comportamento das variáveis populacionais que, em seu mútuo condicionamento com a evolução sócio-econômica da região das Minas Gerais, conformam o cenário onde se movimentam o Alferes Tiradentes, os poetas Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga, o Cônego Vieira e outros tantos, todos protagonistas da Conjuração Mineira.

Mais especificamente, estuda-se a evolução demográfica de uma localidade central da área cuja atividade econômica era, por excelência, a mineração. Para tanto, as fontes documentais utilizadas são os assentos de batismos, óbitos e casamentos da paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, uma de duas existentes no período colonial na localidade aludida, qual seja, Vila Rica, hoje Ouro Preto. Teatro maior da conspiração, essa localidade definia-se como o eixo da vida político-administrativa da capitania. Os informes compulsados foram computados ano a ano, compreendendo os doze lustros entre 1740 e 1800.

Um breve esboço do processo de ocupação e povoamento das Gerais e um relato sucinto da formação, ocorrida em meio àquele processo, do povoado de Vila Rica, são apresentados na seção 1. Na seção subsequente, em rápidas pinceladas e *vis-à-vis* o período - literalmente - áureo da mineração, bosqueja-se o quadro de decadência daquela atividade, colhendo-se obser-

vações constantes de diversas obras com o fito de ilustrar as características sociais e econômicas da crise que se abate sobre a região, deflagradora do movimento revoltoso. Na seção 3, trabalham-se os dados coletados nas fontes primárias referidas, delineando os contornos da componente demográfica da crise em questão. Por fim, na seção subsecutiva, sumarizam-se os principais resultados obtidos, à guisa de considerações finais.

1. Vila Rica⁽¹⁾

A ocupação e o povoamento das Minas Gerais apresentam-se, em grande parte, regulados pelas condições em que foram explorados o ouro e as pedras preciosas. Em cada momento relacionaram-se as características geográficas, de um lado, e a maneira de recolhimento das riquezas minerais, de outro.

Os depósitos de aluvião, produto da atividade milenar das águas, a desagregar e a remover as partes leves das rochas decompostas, impelindo o ouro, mais denso, a acumular-se no fundo dos vales, no leito dos rios e na meia encosta dos morros, são facilmente exploráveis e esgotam-se com rapidez. Este fenômeno levou as primeiras atividades extrativas a se localizarem nos rios, com o mínimo de aparelhagem, dependendo o produto do trabalho do maior ou menor número de escravos.

Mesmo os rosários - almanjarras que punham a seco trechos previamente cercados dos rios - não se constituíram em utensilagem capaz de impedir o nomadismo dos mineradores. A exploração a seco efetuava-se rapidamente entre os meses de chuva, pois as águas, engrossadas, arrebentavam as ensecadeiras, inundando e destruindo o que se lhes anteparava.⁽²⁾ A falta de continuidade nos trabalhos facilitava o abandono de uma exploração por outra com maiores perspectivas de ganho.

(1) Esta seção baseia-se em LATIF (s/d) e em COSTA (1981); neste último caso, especialmente no Capítulo I e no Apêndice Histórico.

(2) Em pleno século XIX, Eschwege viu-se vencido pelas águas engrossadas dos rios: *"Trabalhei durante quatro meses para estabelecer uma barragem de vinte metros de altura no Ribeirão do Carmo, e, quando estava quase terminada, veio, à noite, um temporal extraordinariamente violento, que engrossou o ribeirão e aniquilou a barragem até a base. Em virtude da aproximação do tempo das chuvas, nenhuma esperança tive de poder reconstruí-la logo no mesmo lugar, e, por isso, resolvi abandonar essas águas de regime incerto (...)"* (ESCHWEGE, 1979, v. 2, p. 44).

Durante essa primeira fase o explorador vivia nômade e a população apresentava-se extremamente dispersa. Centrados na atividade mais rentável, os mineradores deixavam-se absorver completamente pelo trabalho nas aluviões; os períodos de grandes fomes, sincrônicos com a alta dos preços, foram gerados pela concentração dos recursos na tarefa mineratória. A falta de gêneros propiciou a primeira convergência de atividades, até então esparsas, e ensejou os grandes acampamentos ao longo dos rios. Esses núcleos iniciais abasteciam-se por tropas oriundas da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro.

À medida que escasseava o ouro de aluvião, os mineradores, antes limitados a explorar o leito dos rios, passaram a procurá-lo nos tabuleiros, à margem daqueles, onde abriram as primeiras catas. Tal faina, já mais complexa, não conseguiu, contudo, fixar o homem; continuava-se a viver em acampamentos, abandonados tão cedo quanto migravam os descobertos auríferos.

Por cerca de trinta anos explorou-se, precipuamente, o ouro de lavagem e abriram-se catas nos tabuleiros. Os primeiros povoados viviam a fase embrionária, caracterizada pelo comércio feito por tropas e com o concurso dos mascates que percorriam as áreas mineratórias.

Logo os exploradores começavam a subir pelas encostas dos morros à procura de ouro nas aluviões de meia encosta, as chamadas gupiaras. Somente a partir desse momento o trabalho tendeu a estabilizar-se. Seu denominador comum foram as primeiras catas altas, verdadeiras lavras pelo movimento de terra nelas efetuado.

No morro - onde inicialmente apenas se extraía na época das chuvas, pois as águas avolumadas impossibilitavam a atividade junto aos rios - concentraram-se os trabalhos, que se multiplicaram como razão direta do esgotamento dos leitos fluviáteis.

As explorações na meia encosta necessitavam de água, conduzida por canais que se estendiam por quilômetros. Instituiu-se, em 1720, o Regimento das Águas e a Guardamoria passou a conceder, também, datas de águas minerais. Os regos, a contornar vales, a atravessar morros, a correr sobre extensos andaimes de pedra empilhada, eram verdadeiros aquedutos; os mundéus - reservatórios enormes - apareciam como obras de vulto a recla-

mar significativos investimentos em capital fixo. A exploração das grupiarias exigia estabilidade populacional e operava no sentido de consolidar os povoados anteriormente esboçados.

A contar de 1720 restavam poucos descobertos a fazer nos rios. Os mineiros, sem necessitar de novas concessões, subiram pelas encostas dos vales, junto às suas datas, até atingir o alto dos morros. Os trabalhos vultosos que o ouro de montanha exigia revelavam-se incompatíveis com a atividade errante dos primeiros mineradores. Os homens passaram a radicar-se à terra. Organizava-se a sociedade e a justiça civil começava a firmar-se. Desde o fim da segunda década dos Setecentos grande parte da população das Minas já não vivia nômade. A concentração e a estabilidade dos trabalhos levaram os senhores a construir suas casas próximo às minerações e avolumou-se a constituição de famílias regulares.

Junto às primeiras lavras, com o tempo, desapareceram as primitivas casas de sopapo. Em seu lugar os mineradores levantaram seus casarões. Paralelamente, estruturavam-se os povoados como centro de gravidade das zonas mais ricas, nos quais os tropeiros podiam mais facilmente estabelecer-se como comerciantes. Tais lugarejos definiam-se como retaguarda imediata da lide mineratória. Em cada área de maior densidade de mineração surgiu um núcleo urbano. Os senhores das lavras acabaram por instalar-se nesses povoados, embora continuassem a manter suas residências nas lavras. Dessa forma, originados da fixação do comércio, tais núcleos cresceram com o duplicar das moradas.

Esse processo de ocupação e povoamento acima delineado, próprio das Minas Gerais, retrata com justeza a formação do antigo povoado que veio a ser Vila Rica, nascido da atividade exploratória dos paulistas nas areias do córrego do Tripuí e nas encostas do Itacolomi.

O pioneirismo na área é reivindicado para Manuel Garcia, para o Padre João de Faria Fialho e para o taubateano Antônio Dias de Oliveira. A um deles, ou aos três, deve-se atribuir a fundação do povoado que se constituiria num dos principais centros auríferos de Minas. Segundo o autor da *Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais, "as Minas de Vila Rica, ou do Ouro Preto, tiveram por descobridores nos anos de 1699, 1700 e 1701, a Antônio Dias, natural de Taubaté, ao Padre João de Faria Fialho, natural da Ilha de São Sebastião, que viera por Capelão das Bandeiras do Taubaté, a Thomaz Lopes de*

Camargo, e a Francisco Bueno da Silva, ambos Paulistas, de todos estes tomaram nome alguns Bairros de Vila Rica." (ROCHA, 1897, p. 446).

Sobre os descobertos em foco, outro autor assevera que *"temos pois, como certo, o ano de 1696 para o descobrimento e povoamento do vale do Ouro Preto, por Manuel Garcia e não Antônio Dias, que lá chegou depois, no seguinte. Foram três bandeiras distintas, que se não devem confundir: a de Manuel Garcia, na vertente dos córregos Tripul e Passa-Dex; a de Antônio Dias, posteriormente dois anos, no lado do nascente, local que tomou seu nome; a última foi a do Padre Faria, nos córregos que descem do Itacolomi." (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 28).*

Alice P. Canabrava, por sua vez, afirma que *"graças ao grande avanço dos estudos sobre o bandeirismo, com respeito ao fenômeno da ocupação do solo, podemos situar, no tempo, as descobertas referidas por Andreoni. Nas Minas Gerais dos Cataguás, os achados de Antônio Dias de Oliveira, no ribeirão que leva o seu nome, em 1698-9; os do ribeirão do padre João de Faria Fialho em 1699, que completou as descobertas do primeiro, no Ouro Preto; os de Bento Rodrigues, no ribeirão do seu nome em 1697; os de Francisco da Silva Bueno, no ribeiro Bueno e no Rio das Pedras (...)." (ANTONIL, s/d, p. 81).*

Em verdade, podemos pensar em uma série de povoados ou arraiais estabelecidos por diversos desbravadores e, posteriormente, reunidos com o nome de Vila Rica. É justamente esta conclusão, aliás, que se pode inferir da descrição de Antonil: *"Em distância de meia légua do ribeiro do Ouro Preto, achou-se outra mina, que se chama a do ribeiro de Antônio Dias; e daí a outra meia légua, a do ribeiro do Padre João de Faria; e, junto desta, pouco mais de uma légua, a do ribeiro do Bueno e a de Bento Rodrigues." (Idem, ibidem, p. 259).*

Baseado nesse relato de Antonil, escreveu Diogo de Vasconcelos: *"Esta vila se compunha dos vários arraiais da Serra, separados por montes cobertos de espessura. Como o regimento não permitia o título de primeiro descobridor, aos que achassem mina em distância menor de meia légua da já descoberta, os primeiros povoadores da serra estabeleceram-se em distância de meia légua uns dos outros. Antonil ainda em seu tempo achou pelos caminhos, que havia, as minas de Ouro Preto separadas meia légua das de Antônio Dias, e estas a meia légua de Padre Faria, e assim as mais, que primeiro foram repartidas pelo coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, em 1700." (VASCONCELOS, 1948, 2. vol., p. 146).*

Até fins de 1711 Vila Rica desenvolvia-se como simples aglomeração de casas de sapé; de palha eram as capelas, mesmo que denominadas matrizes. Somente a partir de 1712 as habitações definitivas, cobertas com telhas, começaram a ser construídas. Já estavam, no entanto, desde então, seus principais bairros (chamados arraiais⁽³⁾) definidos; de seu entrelaçamento resultou a fisionomia definitiva da vila. O arraial dos Paulistas, o bairro de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, do Padre Faria, da Cruz das Almas, da Barra e o do Caquende já existiam, com estas denominações e com as duas matrizes (Antônio Dias e Pilar), em 1711.⁽⁴⁾

Tais núcleos foram reunidos aos 8 de julho de 1711 para formar o segundo município mineiro, com a denominação de Vila Rica de Albuquerque. Erigida por Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, prosperou de tal modo que, em 1721, tornou-se a sede do governo da capitania.⁽⁵⁾ De fato, em Vila Rica centralizava-se a vida político-administrativa de Minas Gerais.

2. Crise e Inconfidência

A ocupação e o povoamento de Vila Rica, como de resto da área mineratória em geral e, igualmente, da Colônia como um todo, traduzem o verdadeiro sentido da colonização, como definido por Caio Prado Júnior.⁽⁶⁾ Vale dizer, cabia ao Brasil Colônia propiciar ganhos aos empreendedores metropolitanos, produzir para o mercado externo, oferecer bens tropicais e metais preciosos à economia européia.

(3) *"Os primeiros estabelecimentos dos mineradores não eram realmente senão espécies de campos em que levantavam barracas semelhantes às dos ciganos. A palavra arraial, que ainda hoje têm as povoações de Minas não significa senão acampamento. Os mineradores, porém, eram criaturas sôfregas de gozar, e os arraiais em breve se metamorfosearam em povoados e em vilas."* (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 137, nota de rodapé n. 191).

(4) Para uma visão minuciosa do crescimento de Vila Rica nas duas primeiras décadas do século XVIII, veja-se VASCONCELOS (1941, p. 241-257).

(5) Em 1709 foi criada a capitania de São Paulo e Minas do Ouro, desdobrada em duas, em 1720, ato que deu nascimento à capitania de Minas Gerais.

(6) *"no seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos."* (PRADO JÚNIOR, 1965, p. 25).

No caso específico da região das Minas, o sentido da colonização encontra sua expressão na regulamentação da atividade dos mineradores, no controle estrito da população, no tratamento privilegiado das práticas fiscais e, inclusive, nos óbices colocados ao desenvolvimento de setores produtivos que pudessem oferecer concorrência aos trabalhos extrativos, considerados prioritários. Tais elementos, de fato, exprimem "(...) *a rationale dos parâmetros norteadores da exploração das Gerais: extrair o mais avolumado montante de metais preciosos no menor espaço de tempo possível.*" (COSTA, 1981, p. 9).

Explorava-se, pois, o Brasil, no bojo de um relacionamento Metrôpole-Colônia marcado, no plano econômico, pelas práticas mercantilistas promovidas pela Coroa portuguesa. Nas Minas Gerais, essas práticas consubstanciavam-se no aparato fiscal. Como assevera Francisco Iglésias, Portugal "*fiscalizou apenas, montando máquina policial, aparelho de repressão, rede interminável de tributos. Na papelada oficial, a maior parte diz respeito à fiscalização. O Estado se realizava na função de tributar. E foi em torno dessa função que se teceu a vida da Capitania, com as ordens sucessivas, as medidas de forçar o cumprimento, a montagem da máquina estatal, o desagrado dos povos, que foi da simples burla ao contrabando e às lutas sangrentas. Um tributo teve mais significado e pôde mesmo encarnar todo o sistema: o quinto, que chegou a adquirir fisionomia de entidade fantástica. (...) Foi para a sua arrecadação que se criaram a burocracia de superintendentes, tesoureiros, escrivães, as casas de fundição, os registros nos caminhos de São Paulo, Rio, Bahia e Pernambuco. O quinto é responsável pela pronta montagem da máquina administrativa (...). Como a cobrança não fosse fácil e apresentasse problemas contínuos, o governo não se fixou nunca em uma forma - da capitação passou à arrematação, depois às casas em que se fundia o ouro, voltou à capitação, mais tarde adotou as casas de fundição novamente. Não se encontrou fórmula adequada à cobrança. Ainda aí se manifesta hesitante a Coroa, sem uma linha definida; só teve constância em um ponto: no propósito de cobrar sempre e cada vez mais.*" (IGLÉSIAS, 1972, p. 367).

O ouro condicionava, ademais, o tônus e o ritmo da sociedade mineira. O próprio juízo que se alcançava da vida social e das instituições a ele se relacionava; movimento similar dá-se com respeito à percepção do meio físico circundante.

A euforia gerada pelos novos e contínuos descobertos, pela afluência, é retratada, por exemplo, no *Triunfo Eucarístico*, esfuziante símbolo da uni-

dade de pensamento e ação de uma comunidade rica e em processo de crescimento econômico. Nele, Simão Ferreira Machado relata as festividades associadas à inauguração, em 1733, da nova matriz de Nossa Senhora do Pilar, e a transferência para ela da Eucaristia, depositada que estivera em outra igreja. Quanto ao núcleo urbano, Ouro Preto, assim o via o cronista: "*Nesta vila habitam os homens de maior comércio, cujo tráfego e importância excede sem comparação o maior dos maiores homens de Portugal: a ela, como a porto, se encaminham, e recolhem as grandiosas somas de ouro de todas as minas na Real Casa da Moeda: nela residem os homens de maiores letras, seculares, e eclesiásticos: nela tem assento toda a nobreza, e força da milícia; é por situação da natureza cabeça de toda a América, pela opulência das riquezas a pérola preciosa do Brasil.*" (MACHADO, 1734, p. 24-25).

Já outro espírito é notado no *Áureo Trono Episcopal*, relato da posse, em 1748, de Dom Frei Manuel da Cruz como primeiro bispo da diocese de Mariana, criada que fora em 1745. O autor, anônimo, pinta-nos o quadro das Minas Gerais no meado do século XVIII: "(...) *sem embargo de ser tanta a decadência do mesmo país, que por acaso se acha nele quem possa com o dispêndio necessário para a conservação de sua pessoa, e fábrica.*" (ANÔNIMO, 1749, p. 35).

A crise aprofundava-se. Em Tomás Antônio Gonzaga - 1786/1789 (*apud* OLIVEIRA, 1972) - percebe-se, de um lado, nostalgia, de outro, revolta. Com o ouro a esgotar-se, acabam a bonomia, o fastígio; resta a crítica dos costumes, das práticas, do sistema - a Inconfidência.

A situação de outrora, do ouro aluvionário, é decantada:

*"Enquanto, Dorotheo, a nossa Chile
Em toda a parte tinha à flor da terra
Extensas, e abundantes minas de ouro
.....
Então, prezado amigo, em qualquer festa
Tirava liberal o bom Senado
Dos cofres chapeados grossas barras"*

(*Cartas Chilenas*, carta 5^a versos 52/54, 65/67).

À medida que as dívidas para com a Coroa aumentavam, os exatores mostravam-se mais inflexíveis:

*"Pretende, Dorotheo, o nosso chefe
Mostrar um grande zelo nas cobranças
Do imenso cabedal, que todo o povo
Aos cofres do Monarca, está devendo
Envia bons soldados às Comarcas,
E manda-lhes, que cobrem, ou que metam
A quantos não pagarem nas Cadeias"*

(Cartas Chilenas, carta 7^a, versos 202/208).

O encanto chegara ao fim. Vila Rica - *"pela opulência das riquezas a pérola preciosa do Brasil"* (MACHADO, 1734, p. 25) - transformara-se em "pobre Aldeia" "terra decadente", *"humilde povoado, onde os grandes / moram em casas de madeira a pique"* (Cartas Chilenas, carta 3^a versos 123, 85 e 89/90). Depois de três décadas de intensa produção aurífera, no meado do século XVIII, as minas começaram a exaurir-se. O produto das jazidas via-se reduzido; não obstante, a Coroa negava-se a reformular a sistemática tributária.

Na virada do século XVIII para o XIX, a situação das "Minas do Brasil" é assim descrita por J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho: *"a total decadência do comércio e do crédito daquelas minas, noutro tempo tão florescente, é mais uma prova do miserável estado daquele país: a esperança de descobrir de uma vez ricos tesouros é a que unicamente anima aqueles habitantes, que os fez como encarniçados em trabalhar sem cessar na sua ruína, qual outro jogador, na esperança de um lance de fortuna que nunca chega."* (COUTINHO, 1966, p. 201). De outra parte, em 1816, escreve Saint-Hilaire: *"Catas Altas, Inficionado e grande número de outras povoações dos distritos auríferos da Província de Minas, foram edificadas com muito mais esmero do que a maioria das que se vêem em França, e mesmo na Alemanha; foram outrora ricas e prósperas, mas atualmente não apresentam, como toda a zona circunjacente, senão o espetáculo do abandono e da decadência."* (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 89).

Em suma, a política aurívora da Coroa visou instalar no Brasil um sistema cujo funcionamento garantisse carrear para a Metrópole o máximo possível de ouro e pedras preciosas no mais curto espaço de tempo. A

própria "concorrência" estabelecida entre os mineradores - de resto, por sua avarícia, participantes ávidos do esquema montado - viabilizou a implementação da aludida política. Num primeiro momento os mineiros aplicaram-se com denodo inaudito na cata do ouro, transferido quase todo para Portugal. Depois, no período da decadência, deitaram a perder a maior parte das economias amealhadas na fase de fastígio, deixando-as esvaírem-se nos gastos efetuados em busca de novos campos auríferos.

A pobreza a que se viram reduzidos os mineradores, a decadência rápida, o fato de a mineração mostrar-se como *"aventura passageira que mal tocava um ponto para abandoná-lo logo em seguida e passar adiante. É esta a causa principal por que, apesar da riqueza relativamente avultada que produziu, drenada aliás toda para fora do país, deixou tão poucos vestígios, a não ser a prodigiosa destruição de recursos naturais que semeou pelos distritos mineradores, e que ainda hoje fere a vista do observador."* (PRADO JÚNIOR, 1965, p. 166), a inexistência de obras de vulto - *"Ouro Preto, Diamantina, Mariana e tantas outras cidades mineiras, ostentam vestígios de um passado grandioso e curto, demonstrando pela modéstia das obras de arte remanescentes que não houve o tempo necessário para que a sociedade alcançasse ali suficiente evolução progressista."* (SIMONSEN, 1969, p. 292) -, as montanhas de cascalho, as terras incultas, os montes carcomidos que tanto chocaram os visitantes estrangeiros do início do século XIX, enfim, os restos das Minas e a extinção dos mineradores atestam decisivamente o êxito da Coroa em implantar um sistema que despojasse a Colônia de suas riquezas minerais.

Foi exatamente do descontentamento com relação a esse sistema de exploração que brotou a conspiração pela independência de Minas, ainda que, amiúde, o sentimento nacionalista tenha sido mera e frágil cobertura para a busca da satisfação de interesses individuais.⁽⁷⁾ De maneira sintomática, os inconfidentes selecionaram um momento de clímax da voracidade fiscal da Metrópole - a ameaça da derrama - como marco deflagrador do movimento. Tal clímax traduzia a incompatibilidade insolúvel, nos quadros da atividade mineratória, entre a tenacidade da Coroa portuguesa em seu afã mercantilista e a inexorável diminuição da quantidade extraída de ouro.

(7) Para uma boa análise da Inconfidência Mineira veja-se, por exemplo, MAXWELL (1978)

3. Crise Demográfica

O cálculo da quantidade produzida de ouro em Minas Gerais, fornecido em Noya Pinto (1979) e cujos valores acham-se plotados no Gráfico 1, atesta de maneira indiscutível a decadência da mineração a partir da quinta década dos Setecentos. Nesse contexto, e configurando exatamente o fenômeno que, em seu segundo momento, aqui se pretende explicitar, parece ajustar-se com perfeição a afirmativa seguinte de Saint-Hilaire: *"a história das povoações que tiveram origem na presença do ouro é sempre a mesma. Florescem enquanto as minas foram ricas ou fáceis de explorar; quando se esgotam, os habitantes retiram-se para outra parte."* (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 137).

O esgotamento apresentava-se à medida que se extinguíam com brevidade as reservas de aluvião, ao passo que nos morros chegava-se à rocha dura. Para os trabalhos subterrâneos, de duvidosa rentabilidade, faltavam o capital e, sobretudo, as técnicas. No último quartel do século XVIII a decadência generalizou-se. Os mineiros passaram a procurar as poucas áreas de terra fértil na região das Minas ou se dirigiram para leste - Zona da Mata, de terras mais ricas -, para as áreas de plantio do sul, ou demandaram os campos criatórios situados a oeste. Superava-se uma fase da vida econômica colonial; com isso, as atenções voltavam-se, redobradamente, para a atividade agrícola.⁽⁸⁾

À convergência populacional seguia-se a diáspora: *"a propósito, impõe-se lembrar a observação já tantas vezes feita de que o povoamento do território mineiro é centrífugo - a população irradiou-se partindo do centro para a periferia. Na ânsia de enriquecimento fácil, os homens vieram em grande número para as minas, do Norte, do Leste, do Sul, passaram por terras incultas, cobrindo extensões em busca do centro. Só maus e raros caminhos proporcionavam ligação com os núcleos populacionais do país. E do centro se dispersaram, em movimento natural*

(8) Como observa Caio Prado Júnior, *"este renascimento agrícola da colônia se faz em contraste frisante com as regiões mineradoras, cujo declínio se torna cada vez mais acentuado. Elas se voltam, aliás, na medida do possível, para as atividades rurais. Vimos já como a cultura do algodão af se desenvolve; a pecuária também adquire importância excepcional, e em Minas Gerais constituir-se-á o centro criador de mais alto nível na colônia. Particularmente a indústria de laticínios, que antes não se praticava no Brasil em escala comercial, torna-se notável. O queijo af fabricado será famoso, e até hoje é o mais conhecido do país (o "queijo de Minas"). Forma-se, também, no sul de Minas Gerais, uma região de cultura do tabaco, que embora não chegue nunca a rivalizar com a Bahia, tem sua importância."* (PRADO JÚNIOR, 1959, p. 87).

de expansão, para outras terras, no exercício da mesma atividade ou de outros trabalhos." (IGLÉSIAS, 1972, p. 366).

Esse movimento de afluxo e refluxo populacional vê-se corroborado, em uma primeira aproximação, quando se observam os traçados das curvas que compõem o Gráfico 2 e que exprimem a evolução, no período de 1740 a 1800, das quantidades de batizados de inocentes, de casamentos e de óbitos registrados nos assentos atinentes à paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias.⁽⁹⁾

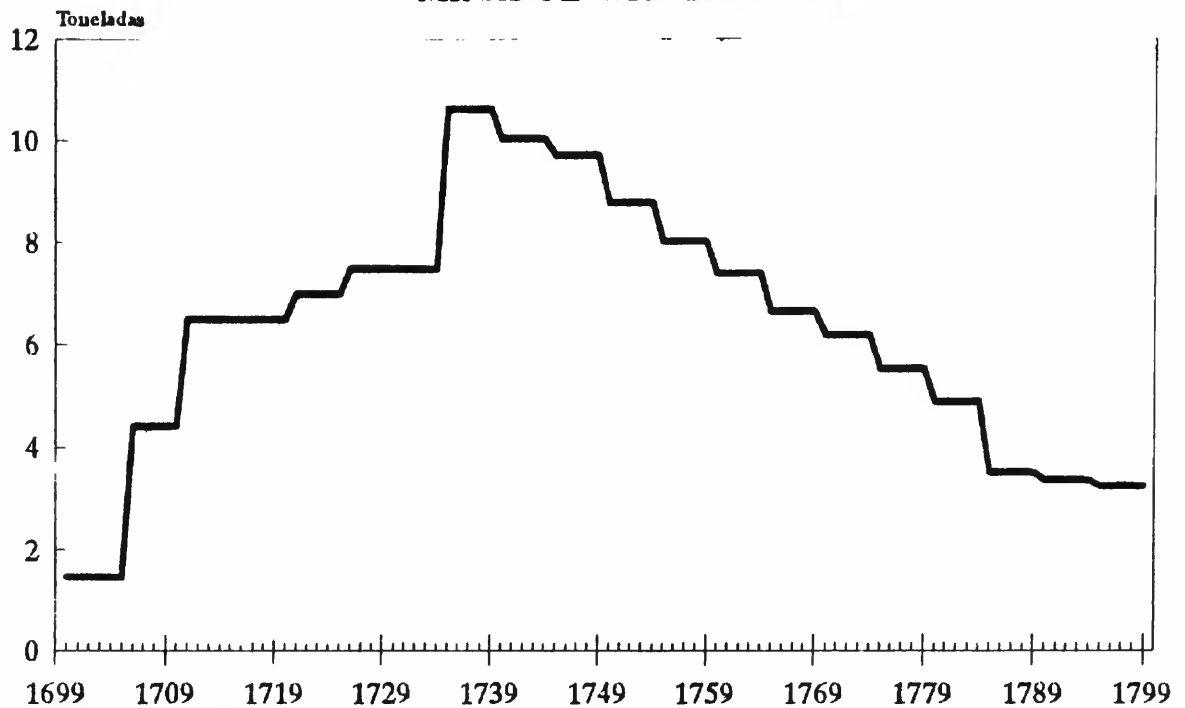
De outra parte, a inserção no gráfico em foco dos dados fornecidos em Noya Pinto (1979) permite verificar com clareza, ressalvada a defasagem temporal necessária aos ajustamentos decorrentes de processos biológicos e institucionais, a simetria entre a evolução da quantidade produzida de ouro, de um lado, e o comportamento das variáveis demográficas concernentes à paróquia de Antônio Dias, de outro.⁽¹⁰⁾ Assim, ao ápice da produção aurífera seguem-se, passados alguns anos, as ocorrências de pontos de máximo nas linhas representativas de casamentos, óbitos e, por último, batizados.

Tal correspondência entre os ramos ascendentes das curvas em questão patenteia o fenômeno de ter a região das Minas se constituído em pólo de atração demográfica, cujo mais eloqüente testemunho foi legado à posteridade por Antonil, na seguinte passagem de *Cultura e opulência do Brasil*: *"A sede insaciável do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das minas, que dificultosamente se poderá dar conta do número das pessoas que atualmente lá estão. Contudo, os que assistiram nelas nestes últimos anos por largo tempo, e as correram todas, dizem que mais de trinta mil almas se ocupam, umas em catar, e outras em mandar catar nos ribeiros do ouro, e outras em negociar, vendendo e comprando o que se há mister não só para a vida, mas para o regalo, mais que nos portos do mar."*

(9) Nas curvas referidas de casamentos, óbitos e batismos de inocentes -, cada ponto representa uma média quinquenal de quantidades anuais dos eventos respectivos; tais médias são, ademais, encadeadas de forma que a cada intervalo de 5 anos, com exceção do primeiro, sejam computados os números absolutos correspondentes a 3 dos 5 anos do intervalo imediatamente anterior. Este procedimento ameniza as oscilações, por vezes bruscas, observadas de um ano para outro, tornando-se possível verificar as tendências de longo prazo relativas a cada variável considerada.

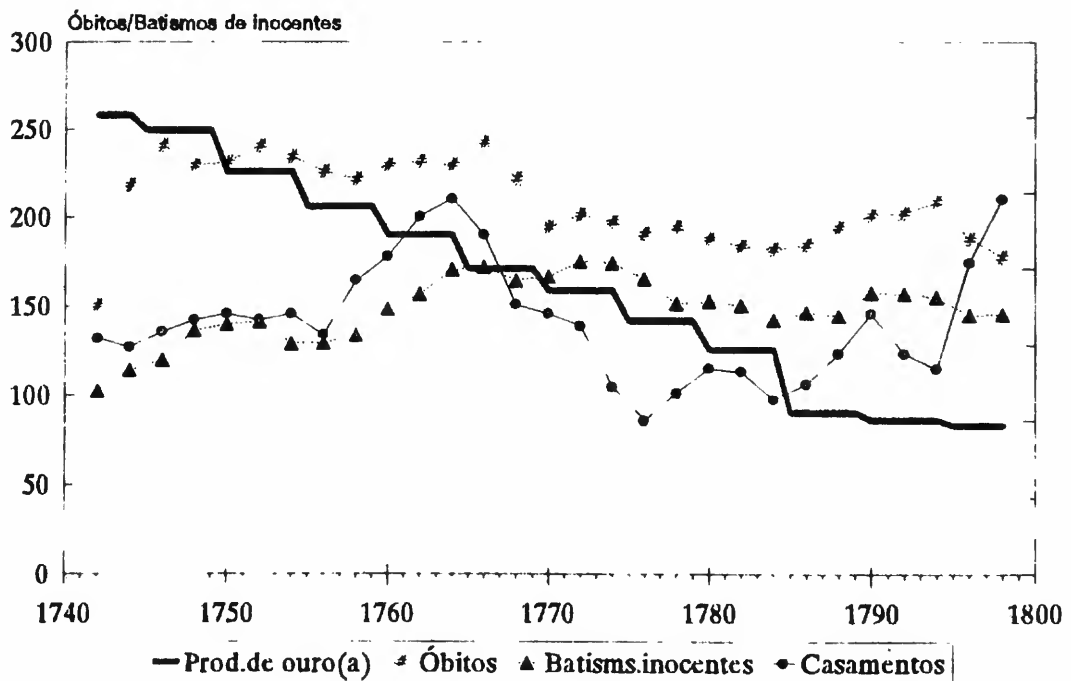
(10) Cabe observar que as quantidades extraídas de NOYA PINTO (1979) foram, neste Gráfico 2, ajustadas (multiplicadas por uma constante igual a 3) com o intuito de obter-se a sobreposição das 4 curvas nele desenhadas, tornando-se possível, com esse artifício, melhor visualizar os elementos da comparação dos comportamentos tendenciais das variáveis analisadas.

GRÁFICO 1.
QUANTIDADE PRODUZIDA DE OURO
MINAS GERAIS: 1700 - 1799



Fonte: NOYA PINTO (1979, p. 114)

GRÁFICO 2
VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS DA PARÓQUIA DE A.
DIAS E PRODUÇÃO DE OURO EM MINAS GERAIS



Fonte: (a) NOYA PINTO (1979, p. 114)

"Cada ano, vêm nas frotas quantidade de portugueses e de estrangeiros, para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil, vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios, de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moças e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa." (ANTONIL, s/d, p. 263-264).

A esse quadro descrito por Antonil é oportuno acrescentar alguns informes respeitantes à população escrava de Vila Rica, que apresentou rápido incremento nas quatro primeiras décadas do século dezoito. Assim, em 1716 contaram-se 6.721 cativos e 7.110 em 1718; em 1728 a cifra subia a 11.521. Em 1735, segundo dados incorporados ao Códice Costa Matoso, o número de cativos atingia 20.863. Em 1743 somaram 21.746. A partir deste ano a tendência declinante mostrou-se evidente; em 1749 o número de escravos caíra a 18.293.⁽¹¹⁾

Por outro lado, a correspondência entre os ramos descendentes das curvas que compõem o Gráfico 2, levando-se em conta a defasagem temporal anteriormente referida, é também evidente e, a sua vez, corrobora a noção de que a pobreza generalizava-se entre os habitantes de Vila Rica à medida que se verificava a exaustão das minas. Mais ainda, tanto para casamentos, como para óbitos e batizados de inocentes, é entre os anos de 1770 e 1790 que se observam os pontos mais baixos dos ditos ramos descendentes das curvas em questão. Delineiam-se, pois, os contornos de uma crise demográfica como mais um elemento a compor o pano de fundo da conjura mineira.

Considerando-se os dados anuais, no que respeita ao total de casamentos da paróquia analisada, constata-se que tal número, entre 1760 e 1800 - interregno que compreende os ramos descendentes mencionados -, só não alcança os dois dígitos em seis oportunidades, cinco delas nos 15 anos anteriores a 1789. Tomando-se os batismos de inocentes, não se atingiu a cifra de 145 eventos tão-somente por oito vezes entre 1760 e 1800, quatro delas nos 3 lustros citados. Por fim, ainda entre 1760 e 1800,

(11) As fontes das cifras constantes deste parágrafo são as seguintes: para 1716 e 1718, VASCONCELOS (1948, v. 2, p. 242); para 1735, 1743 e 1749, BOXER (1969, p. 351-355); para 1728, conforme documento descoberto por Salomão de Vasconcelos, *apud* TAUNAY (1949, tomo décimo, p. 76).

apenas não se anotam mais de 170 óbitos em sete ocasiões, quatro delas entre 1774 e 1788.⁽¹²⁾

Algumas comparações em termos percentuais mostram-se igualmente ilustrativas do declínio ocorrido nas variáveis demográficas da paróquia de Antônio Dias. Assim, no que tange aos casamentos, por exemplo, o valor mínimo verificado entre 1760 e 1800 - 4 enlaces em 1777 - corresponde a 12,5% do valor máximo - 32 casamentos em 1765 - computado no ramo ascendente da curva que acompanha, ressalvada sempre certa defasagem temporal, o apogeu da economia mineratória. Os percentuais correlatos calculados para óbitos e batismos de inocentes alçaram-se, respectivamente, a 50,7% e a 53,0%.⁽¹³⁾

Um último elemento a ser ressaltado, ainda a partir do Gráfico 2, é o evidente estreitamento da distância a separar as curvas atinentes aos óbitos e aos batismos de inocentes. As mortes superam numericamente os nascimentos de 1740 a 1800. Todavia, até meados dos anos 1760, as diferenças entre os pontos respectivos das curvas em questão alçavam-se, em média, a 87,34; de meados dos anos 1760 ao fim do período considerado, essa média reduziu-se para 38,64.⁽¹⁴⁾ Tal evoluir do crescimento vegetativo da população da paróquia de Nossa Sra. da Conceição de Antônio Dias traduz o movimento de afluxo e refluxo populacional acima caracterizado: à imigração, seguiu-se a emigração, ambas tendo como contingente principal, como se sugerirá adiante, os indivíduos adultos do sexo masculino.

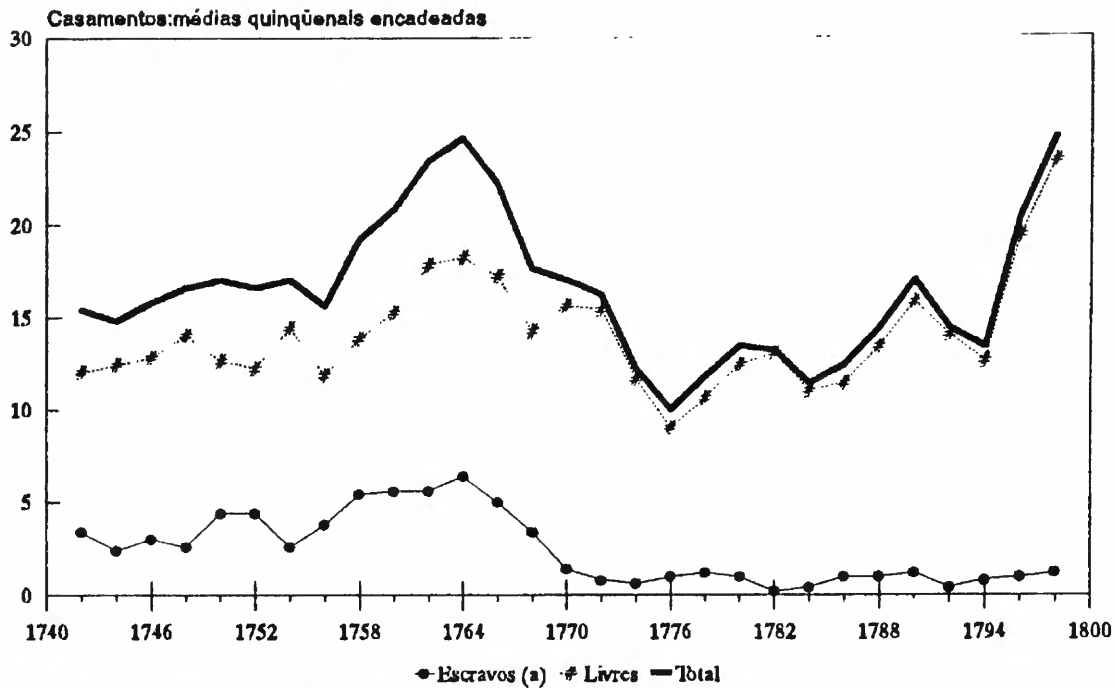
Nos Gráficos 3, 4 e 7 observam-se, isoladamente, as variáveis demográficas privilegiadas neste estudo. Adicionalmente fornecem-se, em cada caso, as médias quinquenais encadeadas, calculadas separadamente segundo a situação social dos indivíduos envolvidos: livres (inclusive forros) ou escravos.

(12) As ocorrências a que se faz menção neste parágrafo referem-se aos seguintes anos: a) casamentos: 1776 (8), 1777 (4), 1782 (8), 1784 (7), 1786 (6) e 1795 (9); b) batizados: 1760 (138), 1777 (141), 1782 (144), 1783 (132), 1786 (116), 1793 (142), 1798 (106) e 1800 (143); c) óbitos: 1776 (164), 1778 (170), 1781 (153), 1784 (150), 1797 (167), 1799 (166) e 1800 (163).

(13) A variação mais significativa no caso dos casamentos *vis-à-vis* óbitos e batizados reflete, em boa medida, as menores cifras, em termos absolutos, dos enlaces havidos a cada ano. Assim, por exemplo, 4 eventos adicionais, no caso dos casamentos, dobrariam o percentual em questão (de 12,5% para 25,0%); no caso dos óbitos, passar-se-ia dos 50,7% calculados para 52,0%. Não obstante, para as três variáveis consideradas as variações encontradas são expressivas.

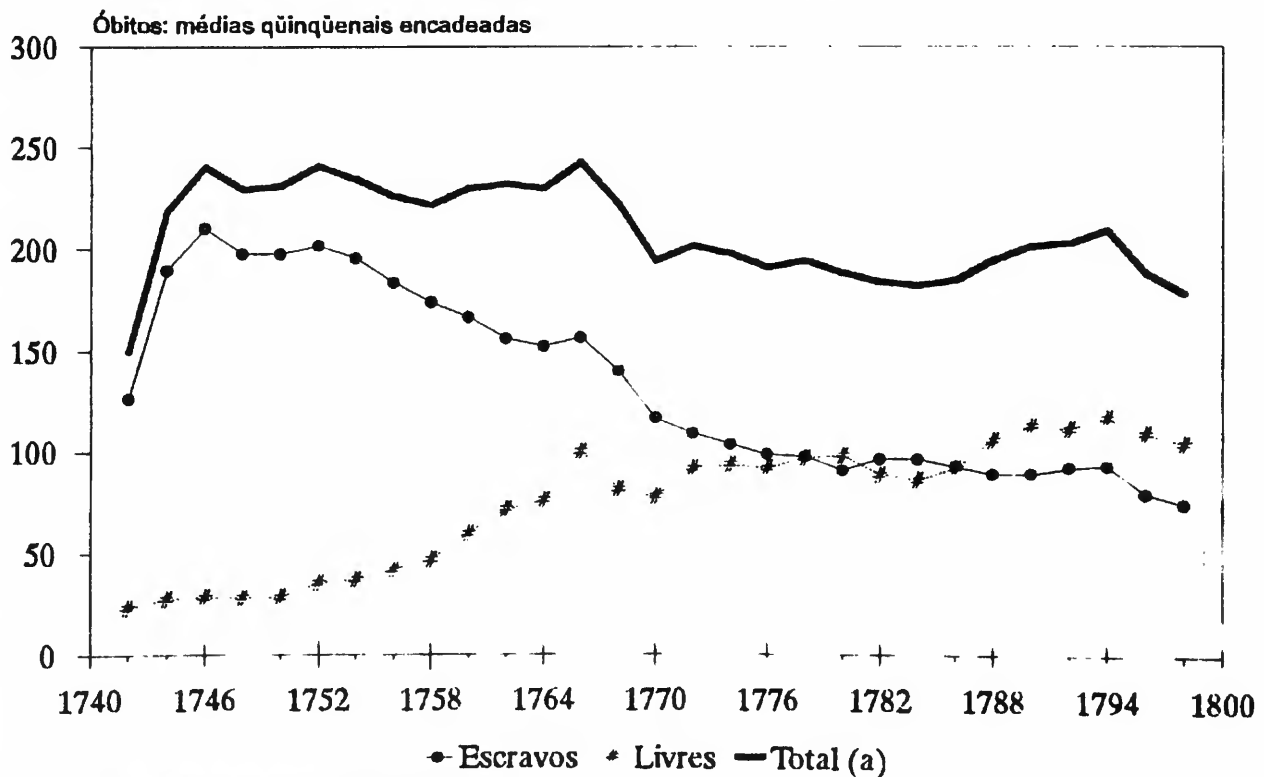
(14) O estreitamento detectado intensifica-se nas décadas iniciais do século XIX; assim, por exemplo, no intervalo 1815/18, Costa verifica o registro de 474 mortes e 478 batismos. Ver COSTA (1979, p. 24).

GRÁFICO 3
NOSSA SRA. DA CONCEIÇÃO DE ANTÔNIO DIAS
CASAMENTOS: 1740 - 1800



Nota: (a) pelo menos um cônjuge escravo

GRÁFICO 4
NOSSA SRA. DA CONCEIÇÃO DE ANTÔNIO DIAS
ÓBITOS: 1740 - 1800



Nota: (a) inclui situação social desconhecida.

O primeiro dos gráficos aludidos retrata a evolução tendencial dos casamentos. Computados os enlaces em que ao menos um dos cônjuges era escravo, percebe-se um patamar máximo entre fins dos anos 1750 e a primeira metade do decênio subsequente, em que foram registrados, em média, aproximadamente 6 casamentos por ano. A partir da década de 1770 e até o término do século dezoito, a referida média não atinge a cifra de 1 enlace a cada ano. Tomados os dados anuais, verifica-se que em 9 dos 17 anos que antecedem a 1789 não se anotaram casamentos envolvendo cônjuge(s) cativo(s); este fato só ocorrera duas vezes entre 1740 e 1771, e dar-se-á novamente outras quatro vezes até findar-se o século, em 1790, 1791, 1794 e 1799.

Mostra-se diferenciada a evolução dos casamentos em que ambos os cônjuges eram livres. Um patamar máximo é igualmente observado na primeira metade dos anos 1760, em que se atinge a média de cerca de 18 enlaces por ano. Em seqüência a esse patamar, decrescem os registros até meados da década seguinte; de fato, a média quinquenal centrada em 1776 (9 casamentos) constitui o ponto mais baixo da curva em questão. A partir daí, porém, a tendência, ainda que não uniforme, é ascendente. Durante os anos 1780 foram anotados, em média, 13,5 casamentos por ano; na década subsequente, a cifra correlata alçou-se a 16,6.

Tal tendência, não obstante, não se contrapõe à idéia de um movimento da efetiva diáspora vivenciada pelos habitantes de Vila Rica. Ao que tudo indica, inclusive à luz do comportamento das curvas de óbitos e batismos de inocentes adiante analisado, a maior incidência do registro de casamentos de livres deveu-se, sobretudo, à mudança de comportamento dos ouro-pretanos, que passaram a legitimar em grau mais elevado as uniões que, em outras circunstâncias, manter-se-iam no plano do concubinato.

O comportamento distinto da variável demográfica consoante a situação social dos indivíduos é também evidenciado quando se atenta para as curvas atinentes aos registros de óbitos, fornecidas no Gráfico 4. As mortes de escravos atingem um ponto de máximo no quinquênio 1744/48; a média nesses 5 anos, centrada em 1746, alça-se a cerca de 210 falecimentos de cativos. A partir daí a curva em questão apresenta tendência nitidamente declinante até o final do século. Ao longo dos anos 1780 são anotadas, em média, aproximadamente 94 defunções de escravos por ano. A cifra correspondente, na década de 1790, iguala-se a 83.

No que respeita aos óbitos de pessoas livres, a curva delineada no Gráfico 4 mostra tendência ascendente. A média quinquenal encadeada, que atingiu valores entre 27 e 29 mortes por ano durante a maior parte dos anos 1740, alça-se a 100,2 no quinquênio 1764/68 (centrada em 1766). A cifra de 100 defunções por ano só será ultrapassada novamente no intervalo 1786/90 (centrada em 1788), permanecendo superior a esta marca até o término do período considerado. Tomados os dados ano a ano, as quantidades médias de decessos de indivíduos livres no decurso das décadas 1770, 1780 e 1790 igualaram-se, respectivamente, a 90,9, 95,0 e 108,6.

Em uma primeira aproximação, poderia ser aventado que esse crescimento do número de óbitos das pessoas livres da paróquia de Antônio Dias não se coaduna com a ocorrência de um processo emigratório caracterizando aquela área de mineração e conformando, junto a outros elementos, o ambiente propício à revolta no qual se dá a gestação da Inconfidência. As informações constantes dos Gráficos 5 e 6, todavia, contribuem no sentido de harmonizar esses pontos aparentemente controversos.

O Gráfico 5 fornece o número anual médio, por períodos de 10 anos, de óbitos de pessoas livres e adultas para as quais, nos livros de registros de falecimentos, constou explicitamente a indicação de mendicância ou pobreza.⁽¹⁵⁾ Não apenas é digno de nota o incremento havido, em termos absolutos, em tais registros, mas cabe igualmente salientar que as mortes de pobres chegam a representar mais de um quinto (20,3%) do número total de óbitos de adultos livres anotados no decênio 1779/88 (centrado em 1784).⁽¹⁶⁾ O Gráfico 6, a sua vez, evidencia a mudança ocorrida em termos da composi-

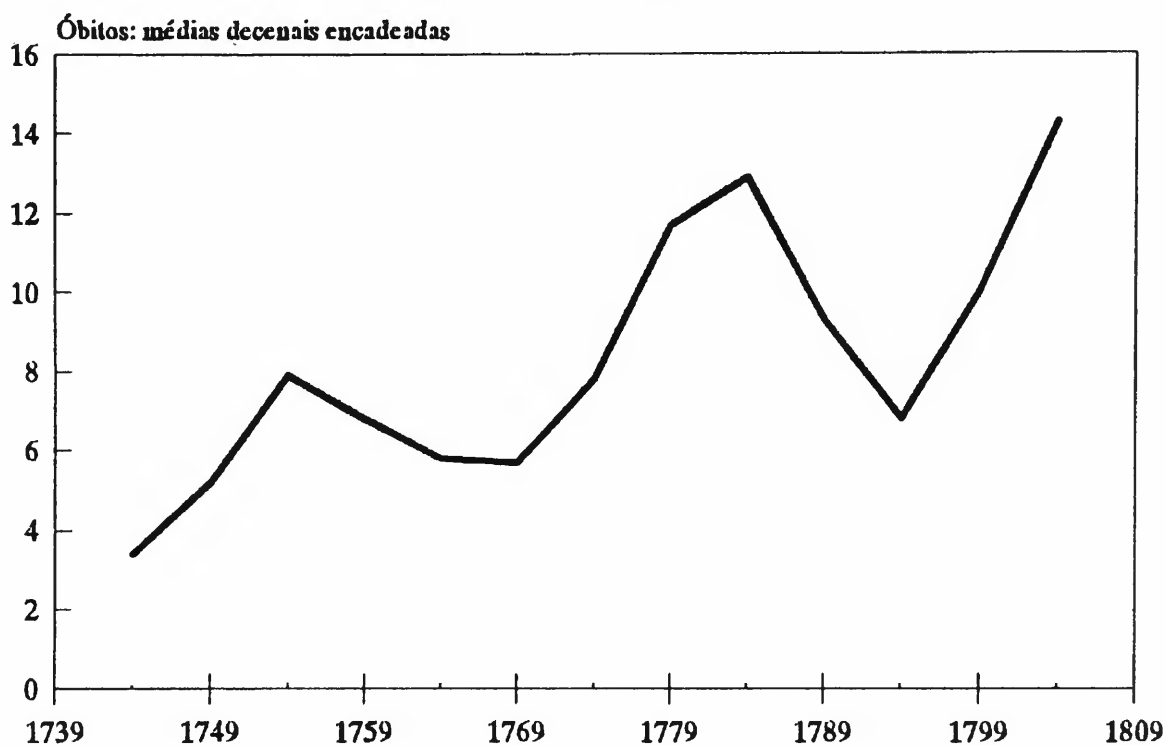
(15) A título ilustrativo, são reproduzidos a seguir trechos dos aludidos assentos: "*Aos quinze dias do mês de Março do ano de mil setecentos e sessenta e dois nesta freguesia faleceu da vida presente com os Santos Sacramentos da Penitência e Extremunção Ventura preto mendicante em casa de Caetana da Motta preta forra moradora no Pissarão (...)*"; "*Aos vinte e dois dias do mês de Julho de mil setecentos e noventa e seis faleceu no Morro com todos os Sacramentos e sem testamento por ser pobre Luzia Coelha Neta crioula solteira (...)*"; "*Aos vinte de Abril de mil setecentos e noventa e nove faleceu de repente Francisco Martins negro mina forro e Pobre morador no Alto da Cruz (...)*"; "*Aos dezoito do mês de Setembro de mil oitocentos e cinco depois de Encomendado sepultou-se no Cemitério desta Matriz João preto Mina forro pobre, morava na Rua direita (...)*." Para o período 1719-1818 excluídos os escravos, para os quais evidentemente não houve referência à condição de pobreza ou mendicância - encontrava-se entre os forros o maior contingente de pobres ou mendicantes: 22,2% deles assim foram identificados; para os demais livres a cifra correlata restringia-se a 10,2%.

(16) No Gráfico 6 são calculadas médias decenais, encadeadas de forma que a cada intervalo de 10 anos, com exceção do primeiro (1719/28), sejam computados os números absolutos correspondentes a 5 dos 10 anos do intervalo anterior. Sobre a razão para esse procedimento, ver a nota 9.

ção, segundo o sexo, das mortes de adultos livres, comparando-se os decênios de 1739/48 e 1779/88.

GRÁFICO 5

NOSSA SRA. DA CONCEIÇÃO DE ANTÔNIO DIAS ÓBITOS DE POBRES: 1739 - 1808



Dessa forma, subjacente ao incremento no número absoluto de falecimentos de adultos livres, verifica-se também o aumento, de um lado, da quantidade de óbitos de pobres e, de outro, das defunções de mulheres *vis-à-vis* as de homens adultos. Revelam-se, pois, ao que tudo indica, respectivamente, a generalização da pobreza em Vila Rica e a existência de um processo emigratório na região. Este último privilegiava, ao que parece, os indivíduos adultos do sexo masculino, que consigo levavam, no todo ou em parte, a escravaria por eles possuída. Talvez a própria generalização da pobreza fosse um fator a condicionar a elevação do número de óbitos. A este condicionante hipotético soma-se outro com caráter bem concreto: o natural envelhecimento da população ouro-pretana, composta, em parte, por imigrantes entrados no período de expansão da atividade aurífera. Ademais, como um dos fatores a explicar o comportamento das curvas concernentes às defunções de indivíduos adultos, decerto colocavam-se as mortes de alforriados e seus descendentes.

GRÁFICO 6

NOSSA SRA. DA CONCEIÇÃO DE ANTÔNIO DIAS
ÓBITOS DE ADULTOS LIVRES

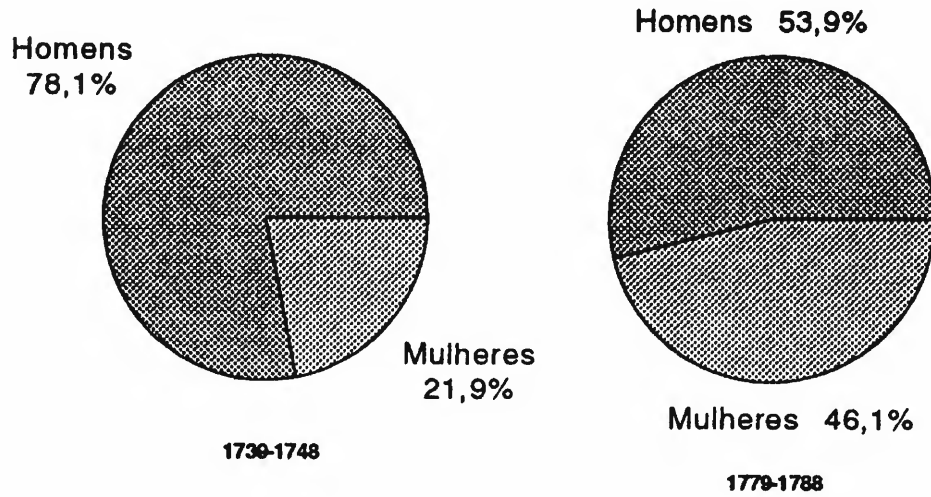


GRÁFICO 7

NOSSA SRA. DA CONCEIÇÃO DE ANTÔNIO DIAS
BATISMOS DE INOCENTES: 1740 - 1800

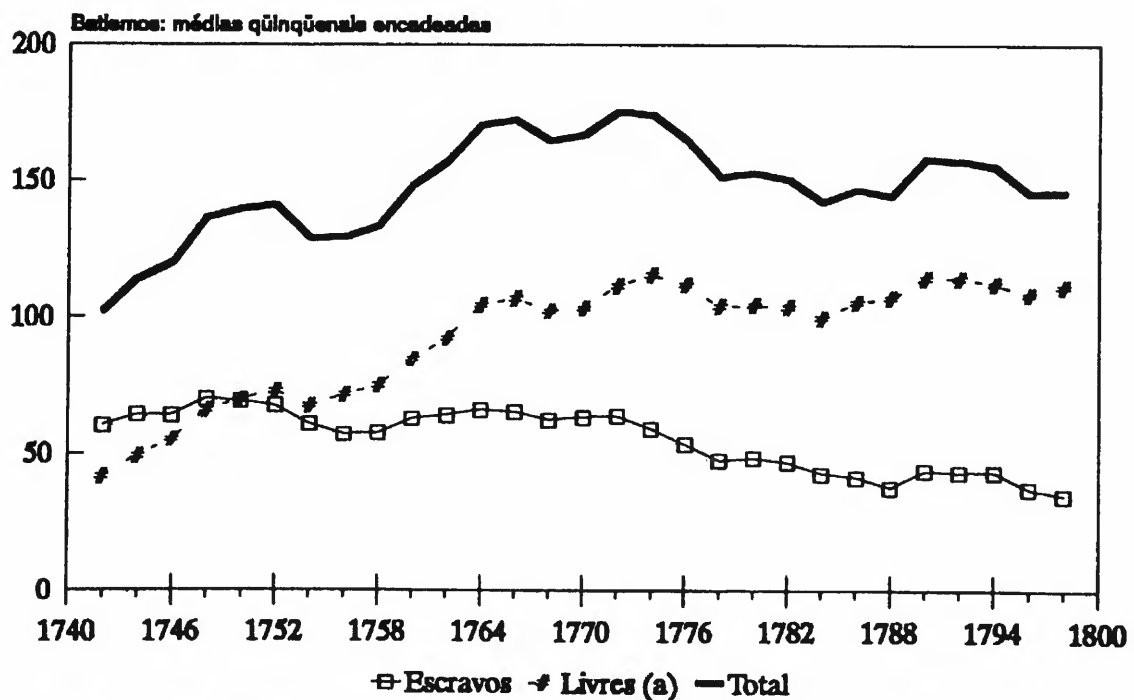
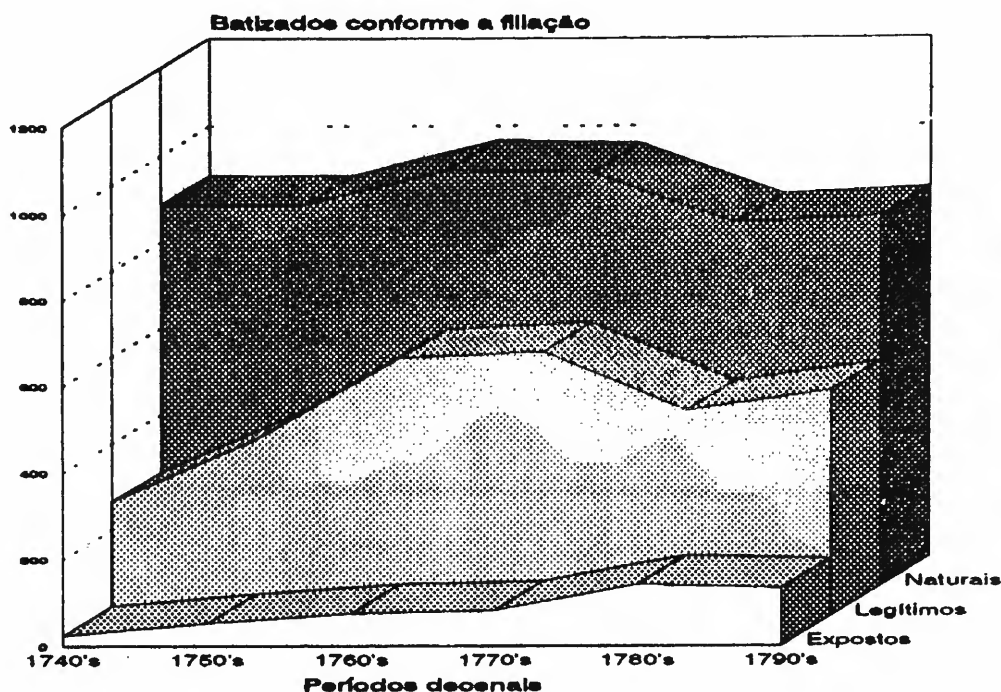


GRÁFICO 8

**NOSSA SRA. DA CONCEIÇÃO DE ANTÔNIO DIAS
BATISMOS DE INOCENTES**



Quando se volta a atenção para os batismos de inocentes, cuja evolução tendencial pode ser visualizada no Gráfico 7, percebe-se uma vez mais que o comportamento da variável demográfica é distinto conforme a situação social dos inocentes batizados. No caso dos escravos, o maior valor plotado no Gráfico 7 é de 70,4, correspondente à quantidade média anual de batismos calculada para o quinquênio 1746/50 (centrada em 1748). A partir de então, a tendência é de queda, sendo que em três dos quinquênios considerados as médias foram inferiores a 40 batizados: os dois últimos do período contemplado (1794/98 e 1796/800, com respectivamente 37,2 e 34,8 batismos por ano, em média) e o de 1786/90 (37,6 batismos por ano, em média).

O ramo ascendente da curva relativa aos batizados de crianças livres (incluindo-se entre elas as alforriadas ao nascer) estende-se até meados da década de 1760. As médias quinquenais centradas nos anos de 1764 e 1766 e concernentes aos quinquênios 1762/66 e 1764/68 atingiram, respectivamente, as cifras de 104,4 e 106,6. No período subsequente, limitado pelo término do século, não há uma tendência nítida de crescimento ou de decréscimo no número de crianças livres batizadas, número esse que oscila em torno de

108 por ano. Não obstante, cabe notar que a média anual de batismos de inocentes livres na década de 1780 (103,5) mostrou-se inferior às médias correlatas calculadas para os decênios de 1770 (109,5) e 1790 (111,8).

A evolução divergente dos batismos de acordo com a situação social dos inocentes pode ser atribuída a três condicionantes: à quebra no número de escravos entrados na área; à afluência de livres, notadamente nas primeiras décadas do século XVIII; e à concessão ou compra da alforria, processo este que engrossava o contingente de crianças nascidas livres.

Por fim, o enfoque acerca do evoluer dos batismos de inocentes vê-se enriquecido com a consideração do informe acerca da filiação. Assim, o Gráfico 8 permite que se compare a evolução dos números absolutos de batizados de crianças naturais, legítimas e expostas, estas últimas recém-nascidos abandonados à porta de residências particulares, igrejas ou do Senado da Câmara.⁽¹⁷⁾ O gráfico em tela expõe, com rara nitidez, o caráter da crise demográfica aliada à generalização da pobreza, ambas a marcar o contexto da Inconfidência.

De fato, o total de batizados, que fora de 1641 na década de 1760, e de 1657, no decênio subsequente, reduz-se para 1465 nos anos 1780; tal redução evidencia-se no gráfico em questão, seja no caso das crianças naturais (de 961 batizados nos anos 1770 para 844 na década seguinte), seja no das legítimas (respectivamente, 612 e 476 batismos). Todavia, são 81 os batismos de expostos no decênio de 1770 e 141 os anotados nos anos 1780; tais eventos multiplicaram-se, portanto, por aproximadamente 1,74. Vale dizer, a década na qual se assiste à delação dos inconfidentes é a mesma em que aproximadamente um décimo dos batizados anotados na paróquia de Antônio Dias refere-se a sacramento ministrado a crianças expostas. No quinquênio 1784/88, foram 87 os batismos de expostos, correspondentes a aproximadamente 12% do total de batizados de inocentes (733) então havidos.

(17) O Senado da Câmara, com o aumento do número de enjeitados, viu-se obrigado a auxiliar monetariamente os pais adotivos visando evitar o abandono e morte das crianças. Nas *Cartas Chilenas* menciona-se explicitamente o problema gerado pelos gastos com estes párvulos: "Uns dizem, que das rendas do Senado / Tiradas as despesas, nada sobra. / Os outros acrescentam, que se devem / Parcelas numerosas impagáveis / Às consternadas amas dos expostos." (*Cartas Chilenas*, Carta 5ª, versos 136-140).

Comparando-se, de outra parte, ainda com base no Gráfico 8, os informes concernentes às crianças legítimas e naturais, observa-se que, ao longo das décadas de 1740 e 1750, há uma nítida tendência de queda relativa dos batismos de filhos naturais como decorrência do crescente número de casamentos e continuado decréscimo na taxa de entrada de escravos. No decurso dos três decênios seguintes, verificou-se equilíbrio proporcional entre legítimos e naturais devido, sobretudo, à significativa queda nos casamentos; mais ainda, a quebra no número de batizados na década de 1780 - tanto de legítimos como de bastardos - espelhava a situação decadente defrontada pela economia de Vila Rica nos anos que antecederam a Inconfidência Mineira. No último decênio do século, dada a mudança de comportamento com respeito à legalização dos casamentos anteriormente referida, os batizados de legítimos vivenciam incremento em sua participação relativa.

Considerações Finais

O acompanhamento, ao qual se procedeu na seção 3 deste artigo, da evolução de algumas variáveis demográficas selecionadas atinentes à paróquia de Nossa Sra. da Conceição de Antônio Dias, em Vila Rica, no decurso do período 1740/1800, permite o estabelecimento de duas inferências principais. De um lado, o evoluir dos registros de casamentos, óbitos e de batizados de inocentes corrobora o movimento de afluxo e refluxo populacional identificado como característico do processo de ocupação e povoamento da região precipuamente dedicada à mineração nas Gerais.

De outro lado, em sua etapa de refluxo, o movimento referido constitui efetiva crise demográfica, que se desenvolve em estreita vinculação à decadência vivenciada pela atividade econômica mineratória e que se consubstancia, decerto, em relevante fator a conformar o contexto de pobreza e abandono propício ao surgimento da conspiração dos inconfidentes.

De fato, para as três variáveis populacionais contempladas neste estudo, verificaram-se indicações de que a crise demográfica, cuja origem pode ser situada na década de 1760, aprofunda-se nos decênios subseqüentes e atinge contornos dramáticos nos anos que antecedem imediatamente a Inconfidência. Nesse sentido, é marcante a queda observada nos registros, seja

no que respeita a casamentos, óbitos ou batismos de inocentes, atinentes à população escrava. Entre os livres, a crise demográfica reflete-se na ocorrência de um movimento emigratório, precipuamente de indivíduos adultos do sexo masculino, condicionado pela e a sua vez condicionante da pobreza que se generalizava em Vila Rica.

Emigração e disseminação da pobreza encontram corroboração, por exemplo, no significativo incremento observado na participação relativa das mulheres no total de óbitos de adultos livres e no aumento, igualmente expressivo, verificado na participação relativa dos batizados de crianças expostas no total de batismos de inocentes. No primeiro exemplo, o peso relativo em questão mais do que duplicou com respeito ao decênio de 1740; no segundo, a importância relativa em tela praticamente quintuplicou, também tendo por base os dados da década de 1740. Em ambos os casos, seja para os óbitos de mulheres adultas livres, seja para os batismos de crianças expostas, as participações relativas máximas foram atingidas ao longo dos anos 80 dos Setecentos, vale dizer, em pleno desenrolar da Conjuração Mineira, em cujo epicentro, como visto, também se fazia presente, embora não conscientemente, o elemento demográfico.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Carlos Drummond de. Morte das casas de Ouro Preto. In: *Reunião: 10 livros de poesia*. 7ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- ANÔNIMO. *Áureo Trono Episcopal, colocado nas Minas de Ouro*, publicado por Francisco Ribeiro da Silva. Lisboa: Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1749.
- ANTONIL, André João, pseudônimo de João Antônio Andreoni. *Cultura e opulência do Brasil*. Introdução e vocabulário por Alice Piffer Canabrava. 2ª ed. São Paulo: Nacional, s/d. (Roteiro do Brasil, 2).
- BOXER, C. R. *A idade de ouro do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1969. (Coleção Brasileira, 341).
- COSTA, I. del Nero da. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo: IPE/USP, 1979. (Ensaio Econômico, 1).
- _____. *Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*. São Paulo: IPE/USP, 1981. (Ensaio Econômico, 7).
- COUTINHO, J. J. da Cunha de Azeredo. Discurso sobre o Estado Atual das Minas do Brasil. *Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804)*. São Paulo: Nacional, 1966. (Roteiro do Brasil, 1).

- ESCHWEGE, Wilhelm L. von. *Pluto brasiliensis*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia e EDUSP, 1979. (Reconquista do Brasil, 58-59).
- IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*, tomo II, 2. vol., livro IV, cap. III. 3ª ed. São Paulo: DIFEL, 1972.
- LATIF, Miran M. de Barros. *As Minas Gerais, a aventura portuguesa, a obra paulista, a Capitania e a Província*. Rio de Janeiro: A Noite, s/d, il.
- LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A Capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia e EDUSP, 1978. (Reconquista do Brasil, 51).
- MACHADO, Simão Ferreira. *Triunfo Eucarístico. Exemplar da Cristandade Lusitana*. Lisboa: Oficina da Música, 1734.
- MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Estudos Brasileiros, 22).
- NOYA PINTO, Virgílio. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. São Paulo: Nacional/INL/MEC, 1979. (Brasiliana, 371).
- OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. *As Cartas Chilenas - fontes textuais*. São Paulo: Ed. Referência, 1972.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1959.
- _____. *Formação do Brasil contemporâneo - Colônia*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- ROCHA, José Joaquim da. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano II, fascículo 3. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1897.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia e EDUSP, 1975. (Reconquista do Brasil, 4).
- SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil (1500/1820)*. 6ª ed. São Paulo: Nacional, 1969, il. (Coleção Brasiliana - Grande Formato, 10).
- TAUNAY, Affonso de E. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1949.
- VASCONCELOS, Diogo de L. A. P. *História antiga das Minas Gerais (1703-1720)*. Rio de Janeiro: I.N.L., 1948. (Biblioteca Popular Brasileira, 24).
- VASCONCELOS, Salomão de. Os primeiros aforamentos e os primeiros ranchos de Ouro Preto. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 5. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1941.

(Recebido em abril de 1992. Aceito para publicação em agosto de 1992).